

Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas

**A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO RIO GRANDE DO SUL E OS DESAFIOS
PARA A GESTÃO PÚBLICA DA EDUCAÇÃO**

**THE DEMOGRAPHIC TRANSITION IN RIO GRANDE DO SUL AND
CHALLENGES FOR THE PUBLIC MANAGEMENT OF EDUCACION**

Cristiéle De Almeida Vieira, Keyla Alves Klimeck e Pascoal José Marion Filho

RESUMO

O artigo tem como objetivo avaliar as mudanças na estrutura social nas microrregiões do Rio Grande do Sul e verificar como esse processo afeta o número de matrículas. Esta é uma pesquisa descritiva com base em dados secundários, principalmente do IBGE e da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Os resultados mostram que o processo de transição é heterogêneo no Estado, pois 15 das 35 microrregiões apresentaram redução da população de 2000 para 2010. Constatou-se também que a taxa de dependência total teve queda generalizada, explicada pela redução na taxa de dependência de jovens maior do que na de idosos, o que coloca o Estado na fase do Bônus Demográfico. No que tange a educação, diminuiu a taxa de analfabetismo e de matrículas do ensino fundamental e médio, no sistema público e privado, favorecendo a gestão na educação. O ensino superior teve comportamento oposto.

Palavras-chave: Transição Demográfica, gestão pública, educação, Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The article aims to evaluate the changes in the social structure in microregions of Rio Grande do Sul and verify how this process affects the school enrollment number enrollment. This is a descriptive search based on secondary data, mainly from the IBGE and the Fundação de Economia e Estatística (FEE). The results show that the transition process is heterogeneous in the state, since 15 of the 35 microregions reduced the population of 2000 for 2010. It was also found that the total dependency ratio had generalized fall, explained by reduction in the dependency rate youth upper the of elderly, which puts the state in the Demographic Bonus stage. Regarding education, there was a reduction in illiteracy and in elementary and secondary school enrollment in the public and private system, favoring management in education. Higher education has the opposite behavior.

Keywords: Demographic Transition, public management, education, Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

A transição demográfica é alvo de discussões no âmbito econômico, a começar por Adam Smith, que afirmava que o crescimento populacional estava diretamente relacionado ao crescimento econômico, pois, em sua opinião, uma população grande colaboraria para a divisão do trabalho e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico através do aumento de produtividade (SOUZA, 2005). Já Malthus (1996), no final do século XVIII, em seu Ensaio Sobre a População, apresenta uma visão mais pessimista sobre o futuro da sociedade em relação ao crescimento populacional. O autor acreditava que a quantidade de alimentos não seria suficiente para alimentar toda população, que crescia mais rapidamente do que a produção agrícola dos meios de subsistência.

Paiva e Wajnman (2005) salientam que o processo de transição demográfica é universalizado, ou seja, a redução no nível de mortalidade e fecundidade está acontecendo em todo o mundo, podendo diferir em velocidade e tempo, dependendo da região. Todavia, segundo United Nations (2013), a transição é um processo conhecido nos países desenvolvidos, enquanto que para os países em desenvolvimento é relativamente novo.

O agravante nos países subdesenvolvidos é a acelerada mudança estrutural quando comparada a dos países ricos, o que aumenta a dificuldade para preparar uma base de sustentação para as futuras gerações, onde o peso de pessoas dependentes (principalmente idosos) será muito maior. Kinsella e Phillips (2005) constataram que o aumento na proporção de idosos de 7% para 14% levou 115 anos na França, 85 na Suécia e 69 nos Estados Unidos da América, e estimam 26 anos para a China, 21 anos no Brasil e 20 anos na Colômbia.

Brito (2007a) e Brito (2007b) afirmam que a transição demográfica é heterogênea ao redor do mundo e dentro dos países. No Brasil, as regiões Sudeste e Sul são as mais avançadas nesse processo, e o no Rio Grande do Sul as mudanças demográficas são mais impactantes que no Brasil. O IBGE (2010) estima uma taxa de crescimento negativa da população para o Estado na década de 2030, enquanto o País, segundo Brito (2007a), deverá atingi-la somente entre os anos de 2045 e 2055.

Atualmente, dados do IBGE (2016) mostram que o Rio Grande do Sul registra queda no estrato da população de 0 a 14 anos e aumento na faixa etária de 65 anos ou mais. A taxa de dependência total também está em queda, ou seja, está diminuindo a população inativa em relação à população em idade ativa. Ainda, a redução da taxa de dependência da população jovem supera o acréscimo da população idosa, o que permite enquadrar o Rio Grande do Sul na segunda fase da transição demográfica, chamada de Bônus Demográfico.

Nesta fase de mudanças aceleradas, os gestores públicos e as instituições têm um papel fundamental na construção de um ambiente que transforme as possibilidades em reais vantagens econômicas, especialmente no sistema educacional. Soares (2008) destaca que as mudanças demográficas podem ajudar o desempenho educacional, na medida em que os gastos, antes usados para absorver o crescimento populacional, podem ser realocados para a melhora da qualidade do ensino.

Pelo exposto, o trabalho traz como problema de pesquisa a seguinte questão: Qual é a dinâmica da transição demográfica nas microrregiões do Rio Grande do Sul e como ela afeta a procura por vagas no ensino? O trabalho se justifica pela atualidade e escassez de pesquisas que tratam das mudanças demográficas e dos seus impactos econômicos e sociais, o que gera desafios para a gestão pública da educação. Por isso, a pesquisa objetiva avaliar as mudanças na estrutura social nas microrregiões do Rio Grande do Sul e verificar como esse processo afeta o número de matrículas.

O artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção está o referencial teórico sobre a transição demográfica e a educação. A metodologia do estudo está

na terceira seção e, na quarta seção, apresentam-se os resultados e discussão. Por fim, a quinta seção, traz as considerações finais do trabalho.

2 TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E EDUCAÇÃO

A transição demográfica é um tema instigante e vem sendo cada vez mais debatido por estudiosos, políticos e gestores públicos, uma vez que ela implica em diversas mudanças na estrutura econômica e social. Em 1798, Thomas Robert Malthus já enfatizava os desafios e oportunidades que as mudanças na estrutura etária traziam a sociedade. Naquela época o crescimento populacional estava ocorrendo de forma acelerada, e o autor tinha uma visão pessimista à cerca do futuro, pois afirmou que a população tendia a crescer em progressão geométrica e a capacidade de obtenção de alimentos em progressão aritmética. Desta forma, segundo o autor, o aumento da população levaria inevitavelmente ao estado de pobreza, a subnutrição e a morte prematura dos indivíduos. Fica claro na sua análise a desconsideração com os avanços tecnológicos para a produção de alimentos (MALTHUS, 1996).

Entretanto, o cenário atual é diferente daquele que Malthus imaginava, pois o problema não está focalizado no crescimento acelerado da população, e sim no seu decréscimo. Isto significa que a preocupação está nas mudanças demográficas da sociedade devido ao envelhecimento da população e redução de pessoas em idade ativa. Kinsella e Phillips (2005) afirmam que o processo de decréscimo das taxas de fertilidade e mortalidade são os principais indicadores das mudanças na distribuição da população por faixa etária.

Segundo Paiva e Wajnman (2005), existem vários níveis de transição demográfica, os quais podem ser agrupados em três fases: (i) em um primeiro momento haverá o aumento na proporção de jovens e conseqüentemente aumento no nível de dependência; (ii) posteriormente, na segunda fase, a taxa de dependência decairá em razão da redução da queda da fecundidade, e com isso haverá redução relativa na proporção de jovens; e, (iii) na terceira fase, a taxa de dependência volta a subir, só que agora devido ao crescimento da população idosa.

Destas, destaca-se a segunda fase, denominada de Bônus Demográfico, caracterizada por um número menor de pessoas dependentes (crianças de 0-14 anos e idosos de 65 anos ou mais) em comparação as outras fases. Segundo Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010), isso pode implicar em uma maior poupança, e por um tempo o produto pode se tornar superior as necessidades do país, em decorrência da menor taxa de dependentes. A maior poupança poderá se transformar em investimento e, conseqüentemente, em crescimento e desenvolvimento do país.

Todavia, esta relação não ocorre de forma direta, sendo necessária a intervenção do gestor público na elaboração de planos e políticas macroeconômicas, a fim de estimular a poupança e o investimento em capital humano, para só então poder aproveitar esse bônus e tornar a transição não traumática para fase três, onde o peso da população idosa será muito maior (ALVES; BRUNO, 2006; ALVES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2010).

Entre as principais medidas para enfrentar esta mudança, destaca-se a importância das políticas de cunho educacional. O gestor público deverá aproveitar a queda da pressão da demanda de vagas nas escolas e fazer investimentos generalizados na qualidade do sistema de ensino, pois uma população economicamente ativa (PEA) envelhecida com estudo de qualidade significa uma força de trabalho com maior experiência e capaz de gerar maior produtividade para sustentar a população como um todo (ALVES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2010; GALVÃO; BRITTO, 2008).

As vantagens oferecidas pela transição demográfica para a educação são decompostas em Bônus Demográfico Educacional Relativo e Bônus Demográfico Educacional Absoluto. O Bônus Demográfico Educacional Relativo é aquele derivado da redução do crescimento da população em idade escolar em comparação a de idade adulta, gerando menor competição por

recursos e, dessa forma, causando aumento dos recursos potenciais por aluno. O Bônus Demográfico Educacional Absoluto decorre do bônus relativo e do acompanhamento da taxa de matrícula ao crescimento populacional (SOARES, 2008).

A mudança na estrutura demográfica da sociedade, para Soares (2008), gera consequências importantes para o sucesso do sistema educativo, não somente no âmbito familiar, mas também no âmbito macro. Essas advêm principalmente de três fatores: (i) o aumento relativo de jovens na população acelera a transferência das mudanças educacionais para a população adulta, gerando um efeito positivo sobre a mesma; (ii) o menor número de filhos possibilita que a família invista mais recursos para a educação das crianças, obtendo assim resultados educacionais individualmente melhores do que comparados a outra família com renda total semelhante e com maior número de filhos; (iii) a redução do número de crianças permite que a sociedade como um todo dedique mais recursos à educação de cada criança.

Segundo Brito (2007c), além do aumento na qualidade de ensino também será necessário universalizar o atendimento do ensino médio, para garantir a inclusão de todas as classes sociais no mercado de trabalho. Para Wong e Carvalho (2006), a importância da gestão pública na realização destas mudanças não está apenas relacionada à qualidade de vida dessas gerações, mas sobretudo na sustentação de toda a sociedade, pois caberá às novas gerações em idade ativa a responsabilidade por um bom desempenho da economia do ponto de vista da produção.

Para tanto, é necessário conhecer a fase da transição demográfica que se está passando para realizar uma gestão pública eficiente do sistema educacional, via aumento da qualidade de ensino e expansão da cobertura escolar, a fim de aumentar a produtividade do trabalho e evitar uma passagem traumática quando as pessoas dependentes idosas tiverem um maior peso em relação à população ativa no mercado de trabalho, especialmente na fase 3, onde o investimento em educação reterá menor custo devido a queda da demanda por matrículas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa avalia as mudanças na estrutura social das microrregiões do Rio Grande do Sul e verifica como esse processo afeta a demanda de vagas nas escolas no período de 2000 e 2010, o que influencia na gestão pública educacional. É uma pesquisa descritiva que utiliza dados dos censos demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da FEE (Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser). Os indicadores utilizados na análise são: taxa de crescimento populacional estratificado, taxa de dependência total, de jovens e de idosos, taxa de suporte, PIB per capita, taxa de crescimento de matrículas no ensino fundamental, médio e superior, para os dois sistemas de ensino (público e privado) e taxa de analfabetismo.

A fim de calcular as taxas de dependência, de suporte e de crescimento populacional a população total de cada microrregião foi dividida em três estratos. A faixa de jovens compreende a população de 0-14 anos; a população em idade ativa abrange pessoas de 15 a 64 anos; e, por fim, a faixa etária dos idosos vai de 65 anos ou mais (UNITED NATIONS, 2013).

O cálculo da taxa de crescimento populacional estratificada foi realizado dividindo-se a população de cada faixa etária do censo de 2000 pela população da faixa etária análoga do censo de 2010. Já o cálculo da Taxa de Dependência total foi realizado conforme definição do IBGE (2016): peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e de 65 anos e mais) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos), visualizado na fórmula (1):

$$TD = \frac{\text{Peso da população considerada inativa (0-14 anos e 65 anos ou mais)}}{\text{População potencialmente ativa (15 a 64 anos)}} \quad (1)$$

Além desta, a dependência dos jovens e idosos foram determinadas separadamente. A primeira foi obtida dividindo-se a população de 0-14 anos pela população em idade ativa (15-64 anos). De maneira análoga, calculou-se a taxa de dependência de idosos dividindo o número de pessoas com 65 anos ou mais pela população de 15 a 64 anos.

O cálculo da taxa de suporte é definido pela razão entre população em idade ativa (15 a 64 anos) e a população total, e expressa a proporção da população de cada microrregião que está potencialmente em idade de produzir.

O PIB per capita de 2000 e de 2010 foi obtido em termos nominais no sítio do IBGE, a preços de mercado, e foi transformado em termos reais a partir do deflator implícito do PIB da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

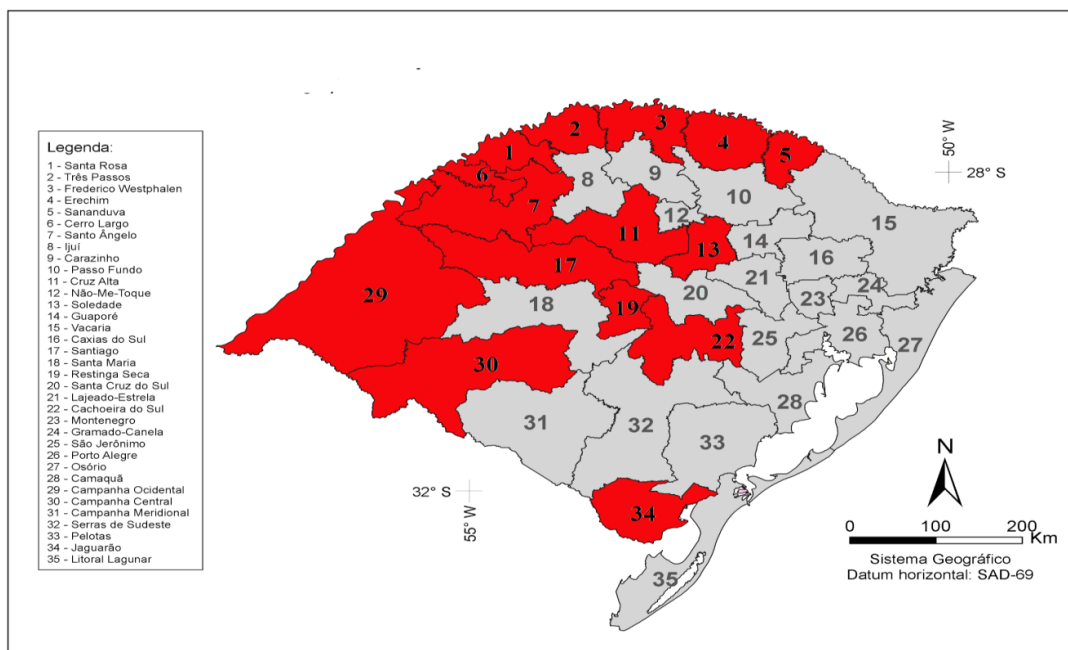
Deve-se atentar ainda que houve mudança na nomenclatura dos dados referentes a educação, entre os censos de 2000 e 2010, para o ensino fundamental e o ensino médio. Neste trabalho, as definições de ensino fundamental e ensino fundamental regular, assim como ensino médio e ensino médio regular, foram utilizadas indistintamente

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Transição Demográfica no Rio Grande do Sul

A queda da taxa de crescimento populacional é um dos principais indícios da transição demográfica. No Rio Grande do sul, a população cresceu 13,20% de 1991 para 2000 e 7,69% de 2000 para 2010, sendo que a faixa etária de 0 a 14 anos teve um decréscimo nesta última década de 16,02%, demonstrando que está em curso um processo de envelhecimento populacional. Segundo Brito (2007a), essa mudança demográfica não é homogênea. Entre as microrregiões do Estado, a taxa de crescimento populacional variou entre -8% e 19%, demonstrando heterogeneidade do processo de transição demográfica. A Figura 1 apresenta a variação do número de habitantes, destacando em vermelho as regiões que tiveram decréscimo no número de habitantes de 2000 para 2010.

Figura 1 - Crescimento da população nas microrregiões do Rio Grande do Sul de 2000 para 2010



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de FEE (2015).

Verifica-se na Figura 1 que a população diminuiu em 15 das 35 microrregiões do Estado, e o maior decréscimo ocorreu na microrregião de Jaguarão (-7,93%), seguida por Santo Ângelo (-5,83%) e Cerro Largo (-5,58%). No outro extremo, o maior crescimento populacional ocorreu nas microrregiões de Osório (19,36%), Caxias do Sul (17,74%), Gramado-Canela (14,14%) e Montenegro (14,07%).

Além disto, os dados do IBGE (2016) mostram que o crescimento está ocorrendo de forma diferenciada entre as faixas etárias, uma vez que o estrato da população de 0-14 anos teve redução no número de indivíduos e o de 65 anos ou mais aumentou de 2000 para 2010. Em média, há um aumento na população em idade ativa (de 15 a 64 anos), com exceção das microrregiões de Três Passos, Cerro Largo, Santo Ângelo, Restinga Seca, Campanha Central e Jaguarão, que perderam população.

As mudanças ocorridas podem ser explicadas, parcialmente, pela redução da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida. A taxa de fecundidade total do Rio Grande do Sul passou de 2,16 filhos por mulher em 2000 para 1,67 em 2010, valor abaixo do recomendado para a reposição da população (2,1). Além disso, a expectativa de vida que em 2000 era de 68,6 anos passou para 72,4 anos em 2010 (IBGE, 2016).

O crescimento populacional altera a taxa de dependência, a taxa de suporte e o PIB per capita. Visualizam-se na Tabela 1 as variações percentuais de 2000 para 2010 destes indicadores nas microrregiões gaúchas.

Tabela 1 - Variação (%) das taxas de dependência e de suporte, e do PIB per capita entre 2000 e 2010

Microrregiões	Δ % Taxa de dependência			Δ % Taxa de suporte	Δ % PIB per capita
	Total	Jovens	Idosos		
Cachoeira do Sul	-8,55	-20,42	23,22	2,99	37,99
Camaquã	-10,99	-19,89	19,42	3,99	12,02
Campanha Central	-6,19	-18,15	32,92	2,21	50,35
Campanha Meridional	-11,77	-20,83	16,78	4,32	17,85
					(continua)
					(conclusão)
Campanha Ocidental	-11,94	-21,72	30,69	4,42	54,37

Carazinho	-15,56	-26,71	24,84	5,70	28,19
Caxias do Sul	-16,36	-25,87	20,67	5,29	14,51
Cerro Largo	-14,15	-29,77	31,76	5,06	60,06
Cruz Alta	-12,83	-24,58	27,77	4,57	64,45
Erechim	-16,95	-31,29	28,87	6,04	34,86
Frederico Westphalen	-16,59	-29,71	34,34	6,30	45,32
Gramado-Canela	-14,89	-22,83	17,98	5,06	0,97
Guaporé	-15,76	-28,32	20,32	5,37	23,25
Ijuí	-13,78	-25,74	25,76	4,84	34,82
Jaguarão	-5,65	-17,86	30,70	1,99	49,02
Lajeado-Estrela	-14,67	-25,76	17,47	4,99	12,43
Litoral Lagunar	-11,74	-20,54	17,81	4,14	63,73
Montenegro	-16,38	-24,42	11,01	5,70	12,56
Não-Me-Toque	-12,44	-26,19	27,48	4,25	38,80
Osório	-10,94	-22,38	34,37	3,92	19,12
Passo Fundo	-16,80	-26,69	21,99	5,91	24,47
Pelotas	-11,30	-21,91	19,46	3,92	15,63
Porto Alegre	-12,77	-21,88	24,96	4,33	16,02
Restinga Seca	-13,22	-27,92	24,78	4,80	19,89
Sananduva	-12,76	-29,63	40,72	4,51	46,76
Santa Cruz do Sul	-14,72	-24,68	18,05	5,09	29,29
Santa Maria	-13,61	-25,01	21,41	4,73	24,02
Santa Rosa	-16,01	-31,38	33,94	5,62	32,01
Santiago	-11,79	-23,40	27,46	4,27	45,57
Santo Ângelo	-13,01	-26,26	32,06	4,73	52,27
São Jerônimo	-11,97	-19,65	16,23	4,19	3,36
Serras de Sudeste	-6,96	-17,95	23,23	2,44	24,31
Soledade	-14,76	-24,31	24,54	5,70	36,77
Três Passos	-12,93	-26,09	29,00	4,73	14,77
Vacaria	-9,10	-18,47	24,84	3,30	37,69

Fonte: Elaborada a partir de IBGE (2016) e FEE (2016).

Com a mudança no crescimento populacional e na estrutura etária, as taxas de dependência sofreram importantes modificações. A variação na taxa de dependência total de 2000 para 2010 foi negativa em todas as microrregiões, o que permite afirmar que o Estado está vivendo o Bônus Demográfico (segunda fase). Entretanto, as maiores reduções nesta taxa se concentraram na região de Erechim (-16,95%), seguida por Passo Fundo (-16,80%), Frederico Westphalen (-16,59%), Montenegro (-16,38%) e Caxias do Sul (-16,36%).

Quando analisadas separadamente as taxas de dependência de jovens e de idosos, percebe-se que elas apresentam comportamentos opostos uma vez que a de jovens diminui e a de idosos aumenta em todas as microrregiões. As maiores quedas na taxa de dependência de jovens ocorreram em Santa Rosa (-31,38%) e Erechim (-31,29%), e as menores quedas foram quantificadas nas microrregiões Jaguarão (-17,86%), Serras de Sudeste (-17,95%) e Campanha Central (-18,15%).

A redução da taxa de dependência de jovens, segundo Coale e Hoover (1987), reduz o número de matrículas nas escolas e os gastos educacionais do governo, aumentando a sua poupança. Ainda, caso exista criança em idade escolar não matriculada, propicia o aumento da cobertura escolar. No entanto, Carvalho e Wong (1995) destacam que investimentos no sistema educacional devem ser aumentados, ao invés de reduzidos devido à queda da demanda a fim de aumentar a qualidade do ensino.

Em relação a taxa de dependência de idosos, constatou-se que o maior aumento ocorreu na microrregião de Sananduva (40,72%), seguida por Osório (34,37%) e Frederico Westphalen (34,34%). No entanto, quando se avalia a taxa de dependência de idosos de 2010, constata-se que os maiores crescimentos estão em Restinga Seca (18,45%), Jaguarão (17,28%) e Sananduva (17,26%).

Dessa forma, percebe-se que o ônus da dependência populacional está diminuindo. Isto ocorre, principalmente, porque a redução no número de jovens é mais acelerada do que o aumento de pessoas idosas. Com o aprofundamento do processo de transição demográfica, a taxa de dependência idosa tende a aumentar, superando com o tempo a diminuição da dependência jovem e aumentando novamente a taxa de dependência total.

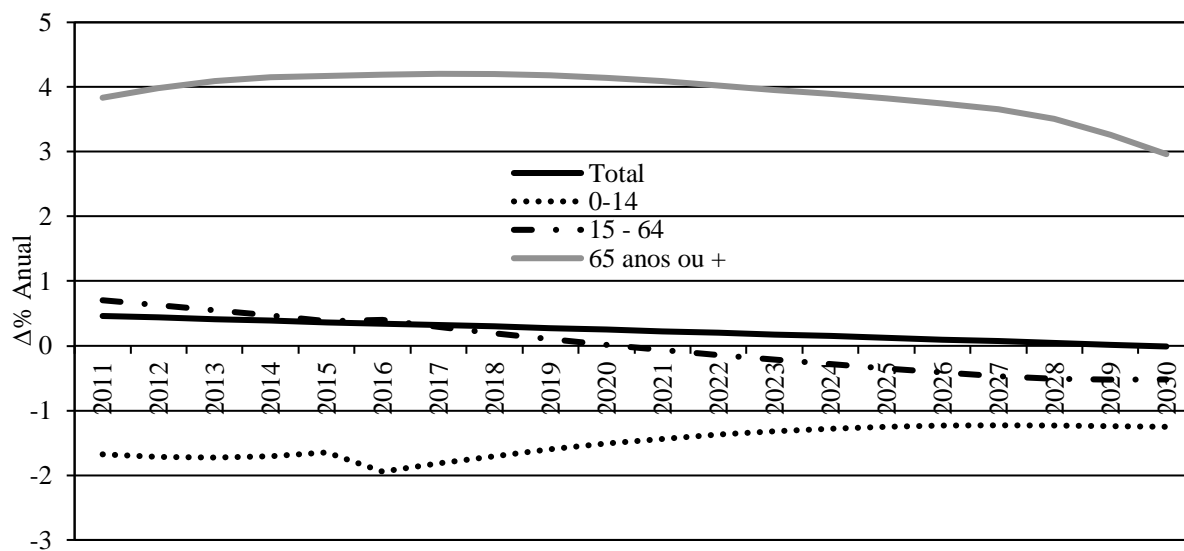
Ao analisar a variação da taxa de suporte de 2000 para 2010 por microrregião, constata-se na Tabela 1 que todas elas são positivas, o que demonstra que a população em idade ativa está crescendo, sendo que a maior variação percentual ocorreu em Frederico Westphalen (6,30%), e as menores em Jaguarão (1,99%), Campanha Central (2,21%), Serras de Sudeste (2,44%) e Cachoeira do Sul (2,99%).

Segundo Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010), a redução relativa da população dependente pode aumentar o produto por habitante. Com base em dados do PIB per capita, deflacionados pelo deflator implícito do PIB, divulgados no sítio da FEE (2016), constatou-se que em todas microrregiões do Rio Grande do Sul as variações são positivas. O maior aumento ocorreu na microrregião de Cruz Alta, com 64,45%, e o menor em Gramado-Canela, com 0,97%.

4.2 Educação e mudança na estrutura social

Os gastos com educação têm relação direta com o ritmo de crescimento da população jovem. Por isso, neste subitem determina-se o crescimento do número de matrículas de 2000 para 2010 e verifica-se a projeção até 2030, com a finalidade de avaliar o passado e captar a tendência para os próximos anos (Figura 3).

Figura 2- Projeção Populacional do Rio Grande do Sul (2011 – 2030)



Fonte: Elaborada a partir de IBGE (2016).

Na Figura 2, observam-se importantes mudanças na população gaúcha, para todas as faixas etárias. Entre elas, verifica-se que: (i) a população total atingirá o máximo no início dos anos 2030; (ii) a população de 15 a 64, população em idade ativa, começa a diminuir no início dos anos 2020; (iii) a população idosa aumenta continuamente no período; e, (iv) a população de jovens se reduzirá anualmente até o final das projeções, o que contribui para o envelhecimento médio da população.

O aumento persistente da população idosa vai impactar especialmente a previdência social e os sistemas público e privado de saúde. A estagnação do crescimento da população

em idade ativa vai se refletir na produção, pois ela é a base econômica que sustenta a sociedade. A redução contínua da população jovem afetará significativamente o sistema educacional, uma vez que reduzindo o contingente de crianças em idade escolar vai diminuir também o investimento necessário para a expansão das vagas. Nesta condição, a disponibilidade de recursos por criança vai aumentar e, conseqüentemente, favorecer o aumento da qualidade de ensino.

No entanto, o gestor público deve se antecipar às mudanças na demanda e aproveitar o ambiente favorável às melhorias educacionais, sem a redução dos investimentos (CARVALHO; WONG, 1995). Segundo Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010), as políticas educacionais perderão peso relativo nesta fase, mas questões previdenciárias e de saúde serão muito mais importantes de serem conduzidas à medida que a população envelhece, restringindo assim a complicação na educação com a qualidade do ensino, pois esta servirá de alicerce para sustentar a alta taxa dependência.

Na Tabela 2, verifica-se a variação no número de matrículas nas microrregiões do Rio Grande do Sul e da taxa de analfabetismo, de 2000 para 2010.

Tabela 2 - Variação (%) dos indicadores referentes à educação de 2000 para 2010

Microrregiões	Δ % da taxa de analfabetismo	Δ % no número de matrículas		
		Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior
Cachoeira do Sul	-26,25	-20,74	-25,84	40,51
Camaquã	-29,43	-7,18	7,82	55,75
Campanha Central	-26,41	-9,46	-22,45	53,10
Campanha Meridional	-33,71	-11,27	-11,30	57,12
Campanha Ocidental	-28,38	-18,43	-18,94	64,48
Carazinho	-26,22	-23,45	-18,99	82,35
Caxias do Sul	-36,20	-16,25	-9,64	94,94
Cerro Largo	-16,93	-35,08	-24,85	64,71
Cruz Alta	-27,30	-26,53	-17,08	39,74
Erechim	-30,03	-32,65	-14,61	83,75
Frederico Westphalen	-24,37	-32,54	-17,44	42,91
Gramado-Canela	-34,75	-8,59	-2,65	66,01
Guaporé	-36,29	-26,57	-12,21	101,17
Ijuí	-27,13	-22,68	-18,48	51,86
Jaguarão	-27,29	-20,73	-24,16	76,94
Lajeado-Estrela	-32,55	-17,39	-6,53	95,16
Litoral Lagunar	-29,71	-15,49	-23,44	123,22
Montenegro	-35,72	-11,13	-8,39	89,87
Não-Me-Toque	-23,07	-15,96	-12,38	74,18
Osório	-34,48	-4,18	0,10	98,96
Passo Fundo	-35,85	-17,52	-21,01	113,51
Pelotas	-31,99	-14,53	-21,34	110,02
Porto Alegre	-34,64	-12,80	-8,75	45,95
				(continua)
				(conclusão)
Restinga Seca	-26,88	-22,75	-26,25	73,19
Sananduva	-28,12	-34,24	-28,37	69,44
Santa Cruz do Sul	-29,47	-15,06	-13,86	112,37
Santa Maria	-33,69	-16,82	-25,09	75,99
Santa Rosa	-27,00	-32,96	-23,16	55,08
Santiago	-29,82	-15,97	-20,25	44,71
Santo Ângelo	-28,09	-29,36	-23,85	25,30
São Jerônimo	-32,00	-11,25	-7,01	72,91
Serras de Sudeste	-29,13	-7,85	-3,80	108,72
Soledade	-24,06	-23,28	-2,99	100,35
Três Passos	-24,06	-30,82	-21,50	49,87

Vacaria	-26,75	-12,79	-5,16	70,24
---------	--------	--------	-------	-------

Fonte: Elaborada a partir de dados do IBGE (2016) e da FEE (2016).

Visualiza-se na Tabela 2 que a taxa de analfabetismo caiu em todas as microrregiões, com queda mais acentuada em Guaporé (-36,20%), Caxias do Sul (-36,20%) e Passo Fundo (-35,85%). A menor redução foi constatada em Cerro Largo (-16,93%), mesmo assim é uma queda expressiva. Esses números, segundo Coelho de Souza (1999), refletem não somente a abrangência escolar em determinado momento, mas um resultado do processo educacional. O envelhecimento de uma geração de analfabetos permite a manutenção do analfabetismo se houver reposição, isto é, surgimento de analfabetos nas gerações mais jovens. Entretanto, pode-se inferir que melhorias na educação, ao tornar a reposição de analfabetos insuficiente para a manutenção das taxas, farão com que o analfabetismo fique restrito às gerações mais antigas, tendendo a decair com o envelhecimento populacional (COELHO DE SOUZA, 1999).

No Brasil, pode-se notar um esforço na gestão pública para reduzir as taxas de analfabetismo, tanto no que tange a questão de reposição quanto à questão de manutenção. A fim de reduzir a reposição, destacam-se especialmente a Lei n. 11.114/2005, a qual estabelece que o ensino fundamental, gratuito e obrigatório deve ter início aos 6 anos de idade e se estender aos 9, e a Emenda Constitucional n. 59/2009, que inclui a pré-escola (4 e 5 anos) como etapa obrigatória do ensino básico. Na questão de manutenção, destaca-se o artigo 37 da Lei de Diretrizes de Bases, que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA), a fim de “assegurar a gratuidade, considerando a especificidade desta população e os vínculos que sua educação deve ter com o mundo do trabalho” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014, p. 42).

Com relação às matrículas, observa-se que a redução no número de 2000 para 2010 é acentuada e generalizada no ensino fundamental, refletindo os efeitos da queda na população jovem. O Estado teve uma queda de -16,39% no número de matrículas, e a maior redução ocorreu em Cerro Largo, com -35,08%, seguido por Sananduva (-34,24%), e a menor variação foi na região de Osório, com -4,18%. Quando se compara a queda entre os sistemas de ensino público e privado, constata-se que o ensino privado foi mais atingido, pois ela foi superior em 21 das microrregiões, sendo a maior redução em Jaguarão (-65,95%), enquanto que no sistema público a maior ocorreu em Sananduva (-34,02%).

Seguindo a mesma tendência do ensino fundamental, o ensino médio registrou redução nas matrículas no Estado (-13,39%) e em 33 microrregiões, exceto Camaquã (7,82%) e Osório (0,10%), as duas beneficiadas pelo crescimento populacional. A maior redução no número de matrículas ocorreu em Sananduva (28,37%), aprofundada pela queda acentuada ocorrida na procura por vagas no sistema privado (-79,01%), que encolheu em todas as regiões.

Em situação oposta está o ensino superior, pois diferentemente dos outros níveis de ensino, possui a maior parte das matrículas na rede privada. No Rio Grande do Sul, o número de estudantes de graduação aumentou em 65,59%, e esse acréscimo ocorreu de forma expressiva em todas as regiões, mais acentuadamente nas microrregiões Litoral Lagunar (123,22%), Passo Fundo (113,51%), Santa Cruz do Sul (112,36%), Pelotas (110,02%), Serras de Sudeste (108,72%), Guaporé (101,17%) e Soledade (100,35%). Destas, no Litoral Lagunar e em Pelotas predominam as matrículas na rede pública, sendo que na primeira a rede privada atingiu níveis de crescimento substancialmente maiores do que na rede pública, o que não ocorreu em Pelotas.

Nas demais regiões destacadas, a maior parte dos matriculados do ensino superior está na rede privada, mas a rede pública de ensino vem crescendo mais rapidamente do que a rede privada. Ainda, salienta-se que apenas a microrregião da Campanha Central registrou decréscimo de matrículas no ensino superior privado (-0,53%).

Pode-se relacionar o crescimento na demanda por ensino superior a queda na taxa de dependência dos jovens e aumento da população em idade ativa (PIA). A menor dependência

de jovens permite manter os filhos em idade ativa fora do mercado de trabalho, ou seja, estudando. Ao mesmo tempo, abre espaço para aqueles que abandonaram os estudos retornem para as instituições de ensino superior para maior qualificação. Também mostra maior busca pela especialização no mercado de trabalho, o que aumenta a importância das políticas públicas voltadas para o fomento da qualidade do ensino fundamental e médio, visto que nem todos que terminam esses ciclos educacionais têm acesso ao nível superior.

Wong e Carvalho (2006) salientam que a atual transição da estrutura etária representa uma oportunidade ímpar para superar o problema referente à educação. Deve-se então optar pela expansão no sistema educacional ao invés de sua retração frente a redução da demanda, afim de aumentar a oferta de capital humano qualificado. Os autores destacam também que, no curto e médio prazo, o tamanho menor da população infantil possibilita, em princípio, maior retorno sobre o capital investido sobre elas. Logo, espera-se um aumento do investimento per capita, especialmente nos ensinos fundamental e médio, no contexto atual de redução relativa dos jovens e aumento ainda pequeno do peso da população idosa.

No entanto, esse cenário favorável a melhorias do sistema educacional não se efetivará sem a gestão pública eficiente dos recursos. Dourado (2007) salienta que as ações públicas no intuito de melhorar a qualidade educacional, diferentemente do que existe atualmente, devem ter continuidade e um planejamento de longo prazo, com uma gestão integrada de colaboração recíproca entre os entes federados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pesquisa permitiu constatar que a transição demográfica não está ocorrendo de forma homogênea no Rio Grande do Sul, pois, das 35 microrregiões do Estado, 15 apresentaram taxas de crescimento populacional negativa, sendo que essas se encontram relativamente concentradas no Noroeste, Centro Ocidental e Sudoeste Rio-Grandense. As microrregiões onde a transição demográfica está mais adiantada são Restinga Seca, Jaguarão e Sananduva, pois estas apresentaram as maiores taxas de dependência de idosos. Embora o Estado como um todo esteja na fase do Bônus Demográfico (fase 2), estas três regiões estão mais próximas da fase 3.

Em relação às taxas de dependência e de suporte, verificou-se que todas as microrregiões apresentaram comportamento característico do processo de transição demográfica, ou seja, redução nas taxas de dependência total e de jovens, e aumento nas taxas de dependência de idosos e de suporte. Portanto, a população jovem está perdendo peso relativo, o oposto do comportamento da população em idade ativa e população idosa.

No que tange a procura por matrículas, o ensino fundamental e médio apresentou resultados contrários ao do ensino superior, enquanto os primeiros apresentaram redução no número de matrículas em todas as microrregiões, o último teve crescimento. Ainda, a queda de matrículas no ensino fundamental foi mais acentuada do que a ocorrida no ensino médio, e o impacto negativo no sistema privado foi maior do que no sistema público. Em relação ao ensino superior, constatou-se que o número de estudantes no ensino superior privado supera o do ensino público, mas as matrículas neste último vêm crescendo mais acentuadamente na maior parte do Estado.

Finalizando, conclui-se que a transição demográfica exerceu impactos importantes no sistema educacional, enquanto a redução da parcela de jovens favoreceu a redução das matrículas no ensino fundamental e médio, o aumento da população em idade ativa contribuiu para o aumento das matrículas no ensino superior. No entanto, cabe à gestão pública aproveitar o cenário extremamente favorável a melhorias na qualidade e cobertura escolar a partir da expansão, e não retração dos recursos investidos na educação frente a redução da demanda por vagas, na medida em que menores parcelas relativas da população jovem, em princípio, geram

maiores retornos relativos ao capital investido e não necessitam de investimento para aumentar a capacidade já instalada. Para tal, deve-se implantar um regime de gestão pública pautado na colaboração recíproca entre os diversos entes federados, a fim de realizar ações contínuas com visão de longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.; VASCONCELOS, D.; CARVALHO, A. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho Brasília.** CEPAL-IPEA, 2010. (Textos para Discussão n. 10).

ALVES, J. E. D.; BRUNO, M. A. P. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Caxambu: ABEP, 2006.

BRITO, F. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007a.

BRITO, F. **A transição demográfica no contexto internacional.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007b.

BRITO, F. (Coord.). **A transição demográfica e as políticas públicas no Brasil: crescimento demográfico, transição da estrutura etária e migrações internacionais–Sumário Executivo.** Belo Horizonte, 2007c.

CARVALHO, J. A., WONG, L. **A window of opportunity: some demographic and socioeconomic implications of the rapid fertility decline in Brazil.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1995. (Textos para Discussão n. 91).

COALE, A.; HOOVER, E. **Population growth and economic development in low-income countries: a case study of India's prospects.** Princeton, N.J.: Princeton University, 1958.

COELHO DE SOUZA, M. M. **O Analfabetismo no Brasil sob o Enfoque Demográfico.** IPEA, 1999. (Textos para Discussão n. 639).

DOURADO, L. F.. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

GALVÃO, A. C. F.; BRITO, F. **População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais.** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2008.

KINSELLA, K. G.; PHILLIPS, D. R. **Global aging: The challenge of success.** Washington, DC, USA: Population Reference Bureau, 2005.

MALTHUS, T. R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**: Ensaio sobre a população. Nova Cultural Ltda., 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015**. Versão preliminar. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=15774&Itemid=>. Acesso em: 09 jun. 2016.

PAIVA, P. T. A.; WAJNMAN, S. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.22, n.2, 2005.

SOARES, S. S. D. **O Bônus Demográfico Relativo e Absoluto no acesso à escola**. IPEA, 2008. (Textos para Discussão n. 1340).

SOUZA, N.. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

UNITED NATIONS. **World Population Ageing 2013**. New York: United Nations, 2013.

WONG, L. L. R; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 23, n. 1, p. 5 – 26, 2006.